



Juventude, Cultura e Favela:

*projetos sociais entre políticas
públicas de juventude e
“pacificação”*

Patrícia Lânes Araujo de Souza¹

-
- 1 Pós-doutoranda e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)/Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ).
E-mail: patricialanes77@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a produção da categoria “juventude” ao longo da trajetória das políticas públicas voltadas de juventude (PPJ) no Brasil e sua relação com modos de agenciamento e governo de jovens moradores(as) de espaços populares, como as favelas. Para tanto, parte de um breve histórico das PPJ em nível federal para refletir sobre a formulação de uma política pública que se delinea enquanto curso ou projeto social de cultura voltado para jovens moradores(as) de favelas pacificadas no Rio de Janeiro – onde haviam sido instaladas Unidades de Polícia Pacificadora – e as ideias e concepções sobre juventude e cultura mobilizadas em seus materiais e na narrativa de um de seus formuladores.

Palavras-chave: Projetos sociais. Favela. Juventude. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the production of the category “youth” along the trajectory of public policies directed towards youth (PPJ) in Brazil and its relation with modes of agency and government of young people living in popular spaces, such as favelas. To do so, it is part of a brief history of PPJs at the federal level to reflect on the formulation of a public policy that is outlined as a social culture course or project aimed at young residents of pacified favelas in Rio de Janeiro (where Police Units Peacemaker) and the ideas and conceptions about youth and culture mobilized in their materials and in the narrative of one of their policy makers.

Key-words: Social projects. Slum. Youth. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, ser jovem em uma favela do Rio de Janeiro pode ser entendido também a partir da chave dos projetos sociais. Os projetos sociais consolidaram-se nas últimas décadas como formas de agir do Estado e de organizações não governamentais, empresas e outros agentes sobretudo em determinadas localidades e para certas populações. Eles têm foco e tal foco se relaciona à pobreza ou a populações percebidas como vulneráveis, caso dos jovens das classes populares. A modalidade projeto inventou um modo de agir e de intervir junto a jovens moradores de favelas. Se por um lado, a pessoa/ instituição responsável pelo projeto pode através dele tentar conseguir recursos financeiros para colocar suas ideias em prática. Por outro, ao enunciar que fará – ou que tem – um projeto social para jovens insere tal organização/pessoa em uma dinâmica local específica, ligada à ação/trabalho social.

Até meados da década de 1990, e certamente sob a influência do recém-aprovado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), falar de jovem era o mesmo que falar em adolescente do ponto de vista das iniciativas do governo, de certas organizações e movimentos sociais. Além disso, falava-se, sobretudo, de um tipo de adolescente

ou jovem, àquele que no Brasil (ainda) se referem como menor infrator, eram pessoas em situação de pobreza extrema, muitos vivendo nas ruas e em conflito com a lei.

Do ponto de vista governamental, e falando mais especificamente do plano federal, cujas iniciativas e linhas de financiamento têm um importante papel indutor nas políticas locais brasileiras, os projetos sociais para jovens possuem mais de 20 anos. A partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 1995–2002, e mais especificamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sobretudo no que se refere a iniciativas de capacitação profissional, e do Programa Comunidade Solidária – criado em 1995 e coordenado por sua esposa, a antropóloga Ruth Cardoso –, que passou a incentivar o que chamavam de novas formas de parceria entre Estado e sociedade no combate à pobreza. Entre as iniciativas prioritárias apoiadas por eles estiveram as ações voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, linhas de financiamento público de iniciativas voltadas para populações em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Social (IDH) foram criadas e ações formuladas e realizadas por ONGs. Notícias, pesquisas e formulações associando o jovem pobre à violência urbana, educação e trabalho precários, ociosidade, situações de risco envolvendo certas condutas sexuais ajudavam a justificar tais opções de financiamento e de ação.

Anos mais tarde, já durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva – a partir de uma articulação de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) –, 2003–2010, especialistas, acadêmicos e pessoas com diferentes trajetórias vinculadas a movimentos de juventude – religiosos, partidários, sindicais, do campo etc – passaram a fazer parte das dinâmicas e espaços governamentais como quadros técnicos, consultores ou representando suas organizações e movimentos em conselhos nacionais. Esse momento consolidou aquilo que ficou conhecido como Política Pública de Juventude

(PPJ), sobretudo com a criação, em 2005, de uma Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), um Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e um programa para a juventude chamado Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Tais institucionalidades ligadas à juventude buscavam dar mais importância e visibilidade a este setor populacional, mas também a uma forma específica de pensar a juventude e os jovens que se distanciava em muito da forte articulação entre jovem e adolescência que existia no momento anterior. As iniciativas eram, então, apresentadas como tripé da política nacional de juventude e houve um grande investimento para que a questão fosse incorporada por outras secretarias nacionais e ministérios, bem como outros órgãos ligados ao governo federal, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, responsáveis por gerar grande parte dos dados oficiais que orientam as políticas governamentais.

Na terceira presidência ligada ao PT, a SNJ continuava a existir e foram ampliadas as possibilidades de disputas internas no governo federal pelo maior reconhecimento dos direitos da juventude. Desde então o termo jovem foi incluído na Constituição Federal e o Estatuto da Juventude, aprovado.²

A dinâmica do Governo Federal se fez acompanhar por outras dinâmicas em planos distintos e inclui inúmeros outros agentes – como empresas/fundações empresariais, organizações do terceiro setor e ONGs de diferentes gerações, assembleias legislativas, organizações internacionais etc – e será impossível aqui falar de todos eles. As agências internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) teve um papel importante

-
- 2 A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 042/2008, conhecida como a PEC da Juventude, foi aprovada e promulgada em julho de 2010, transformada na Emenda Constitucional 65, inserindo o termo “jovem” no texto constitucional. O Estatuto da Juventude estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis e foi aprovado na Câmara dos Deputados em outubro de 2011.

ao desenvolver iniciativas e pesquisas ligadas ao tema, sobretudo quando relacionado à violência (CASTRO, 2012), e contribuir para consolidá-lo nacional e localmente antes mesmo de haver uma institucionalidade nacional específica para tratar dos jovens.

Se a juventude é uma construção social, no Brasil, e em especial no Rio de Janeiro, ações estatais, de ONGs, agências de financiamento, mas também meios de comunicação, pesquisadores, grupos culturais e militantes de modo geral têm contribuído para essa construção. Bourdieu (1996, p. 116) lembra, no entanto, a relevância do Estado ao inculcar e impor “todos os princípios de classificação fundamentais, de acordo com o sexo, a idade, a ‘competência’ etc”. Ainda de acordo com o sociólogo, o Estado contribui para criar e manter esquemas mentais de percepção e pensamento com efeitos sobre grupos específicos, como os jovens, mas que também incorpora lutas sociais envolvidas nos processos de classificação.

A noção de juventude não está alheia a estes processos e aparece aqui justamente como produto de relações e parte de uma visão compartilhada – mas também em disputa – por diferentes atores e instituições da sociedade em questão. Visão esta em que aqueles reconhecidos como jovens – e pobres – deveriam ser destinatários de ações e leis específicas, seja para garantir seus direitos, seja para minimizar problemas sociais a eles associados.

A juventude se consolida como categoria de governo na medida em que se torna uma ideia a partir da qual são mobilizados diferentes atores – poderes públicos, organizações não governamentais, agências internacionais, pesquisadores e acadêmicos, movimentos sociais etc. – e recursos de diferentes naturezas – humano, financeiro etc. – e em diferentes níveis – local, nacional e internacional. A ideia da juventude pobre, perigosa, vulnerável ou de risco esteve historicamente no cerne de boa parte das iniciativas para pessoas de determinada faixa etária de áreas populares urbanas no Brasil. Assim como a aposta nas ideias de cidadania, desenvolvimento local

e protagonismo juvenil como parte da solução. (DE TOMMASI, 2005)

Mesmo que pessoas – ou instituições – que elaboram os projetos sociais não estejam de acordo com tais concepções, muitas vezes é através da menção a elas – em geral justificada por dados estatísticos, pesquisas, notícias saídas na imprensa etc. – que se torna possível acessar agências de financiamento nacionais e internacionais. Os projetos precisam de foco, expresso sob a ideia de público-alvo, e para que seja possível concorrer com outros projetos e ganhar determinado financiamento que permita que o projeto saia do papel é necessário estar de acordo com as linhas de financiamento da agência onde se busca o recurso, ajustar o que se pretende às ideias de quem tem o dinheiro.

Desse modo, o processo de produção de um projeto social acaba por se integrar a uma dinâmica bem mais ampla que pode contribuir para ajustar, reificar ou tensionar uma série de ideias presentes no senso comum sobre os riscos envolvendo os jovens pobres, mas também sobre como lidar com os problemas sociais vinculados à ideia de juventude – através de cidadania, cultura, desenvolvimento local, protagonismo juvenil, participação, empreendedorismo etc. Todo esse repertório faz parte de uma gramática disponível – e constantemente atualizada – para a criação dos projetos sociais para jovens. Os processos ditos locais são, desse modo, parte de relações e dinâmicas que ultrapassam de diversas formas o local. Ainda que tenhamos hoje – vivenciando uma conjuntura de golpe institucional – um cenário indefinido – para dizer o mínimo – no que se refere às políticas de juventude, tendo em vista nosso passado recente – com Lula e Dilma Roussef a frente da Presidência da República –, é possível dizer que vinha perdendo força no debate entre especialistas, pesquisadores e gestores – sobretudo em nível federal – a percepção do(a) jovem como problema social e mesmo a ideia do(a) jovem como protagonista ou parte da solução, na medida em que ganhava espaço a percepção desses(as) jovens como sujeitos

de direitos – noção consolidada ainda na luta pela Constituição de 1988. As ações previstas nas políticas e traduzidas pelos projetos sociais expressavam, portanto, direitos e demandas a serem garantidos pelos governos e sociedade em articulação com os(as) jovens – a ideia de participação também é, aí, fundamental. No entanto, as ideias associadas à juventude – e aos jovens populares em especial – permanecem nas concepções e práticas dos projetos sociais em permanente tensão, sendo objeto de variadas disputas por diversos atores, rearticulando-se a outras ideias que foram ganhando força nos últimos anos como a de empreendedorismo.

2 UM PROJETO DE CULTURA PARA JOVENS DE FAVELA

Considerando o quadro das políticas públicas e projetos sociais narrados anteriormente, proponho que nos debruçemos brevemente sobre um contexto mais específico: o do conjunto de favelas do Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro, entre 2014 e 2015, quando realizei junto a projetos sociais voltados para jovens parte de meu trabalho de campo para doutoramento em antropologia.³ O trabalho de campo consistiu na observação de atividades de projetos sociais voltados para jovens do Alemão, bem como a realização de entrevistas em profundidade com jovens beneficiários, gestores e pessoas diferentemente posicionadas na organização de projetos. No total foram realizadas 42 entrevistas explorando a trajetória social das pessoas entrevistadas na relação com projetos sociais e diferentes modalidades de engajamento militante. (SOUZA, 2017)

O Complexo do Alemão é formado por 12 favelas localizadas na parte suburbana da zona norte carioca, onde vivem cerca de 120 mil pessoas de acordo com movimentos sociais locais. Os dados do Censo 2010 (IBGE) falam em mais de 70 mil moradores. Abrigado

3 Concluído no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, com apoio da Capes, em janeiro de 2017.

na Serra da Misericórdia, esse complexo abrange os bairros de Bonsucesso, Inhaúma, Olaria, Penha e Ramos, parte central da região da Leopoldina, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo ele mesmo um bairro desde 1993. O Complexo ficou conhecido por ser uma das regiões mais violentas da cidade, com inúmeros episódios de enfrentamento entre grupos de vendedores de substâncias ilícitas armados – o chamado “tráfico de drogas” – e entre eles e a polícia. A história de organização comunitária é, como no caso de grande parte das favelas cariocas, anterior a investimentos públicos feitos na região. A primeira associação de moradores em uma das favelas do lugar data da década de 1960 e são inúmeras as histórias narradas sobre mutirões e organização de comitês comunitários.

Na primeira década dos anos 2000, o Complexo foi escolhido como uma das localidades para implantação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, o que significou obras – nem sempre terminadas –, construção de equipamentos públicos e projetos sociais direcionados a públicos específicos, entre os quais os(as) jovens. Tais dinâmicas de investimentos e intervenções – públicas e privadas – adensou-se a partir do final de 2010 com a ocupação militar que antecedeu a implantação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs), veiculada em tempo real por grandes meios de comunicação.

Para os propósitos deste artigo, pretendo refletir brevemente sobre o lugar da ideia de cultura em um projeto social voltado para a juventude. Tal reflexão tem como objeto um projeto específico – Formação de Jovens Agentes Culturais – no qual as categorias jovens/juventude e cultura são centrais. Aqui essa análise será empreendida a partir de apenas uma parte do projeto em questão, sendo ela documentos produzidos em seu âmbito, articulados a narrativas de um de seus idealizadores então situado na secretaria de estado de Cultura – em passagem para a superintendência de juventude.

Os projetos sociais eram percebidos e experienciados entre meus interlocutores como conjunto de ações e atividades – aulas, reuniões, campanhas – voltadas para formação de pessoas com determinadas características – podem ser jovens, mulheres, adolescentes etc. – oferecidos por uma variedade de instituições. No período em que realizei o trabalho de campo no Alemão não havia escassez de projetos sociais: cursos e projetos para jovens eram ofertados por órgãos governamentais, organizações não governamentais, instituições locais, associações de moradores, instituições religiosas etc. Em comum, um intenso investimento na produção de dinâmicas de “formação” dos jovens e na “ocupação de seu tempo livre”.

Apesar de variados em suas temáticas, os projetos sociais guardavam semelhanças entre si. O foco na transmissão de certos conhecimentos era uma delas. Quase todos previam em suas dinâmicas encontros que se assemelhavam a aulas em que algum tipo de conhecimento específico era transmitido.

Outro ponto de contato dessas iniciativas era o financiamento, vindo de fora do Complexo do Alemão. Os projetos ou cursos com que pude ter contato tinham recursos de órgãos estatais, como uma secretaria municipal, estadual, um ministério ou a Petrobras, por exemplo, e instituições privadas nacionais ou estrangeiras.

A maior parte dos projetos havia sido elaborada e redigida por pessoas que não viviam no Complexo do Alemão sendo ofertada à população local, considerada público-alvo das ações. Pessoas do lugar também ocupavam – em alguns casos – cargos na organização dos projetos e cursos, como os de instrutores ou dinamizadores e, de modo mais comum, mobilizadores locais.

Os projetos sociais faziam circular pelas ruas das favelas do Complexo do Alemão e perfis em redes sociais virtuais, imagens que indicavam que os projetos estavam sendo ali realizados pelos nomes e logomarcas estampados nas camisas utilizadas por seus participantes e em *banners*, convites, *folders* de divulgação ou fotos. Tais iniciativas tinham que ser visíveis. Não por acaso, a

veiculação das fotos das atividades dos projetos nas redes sociais virtuais, mas também em documentos – como relatórios e publicações – eram uma constante.

O projeto Formação de Jovens Agentes de Cultura teve início no Alemão – assim como nos demais territórios em que aconteceu – no final de 2014 e era voltado para pessoas de 15 e 29 anos que quisessem se tornar “empreendedores culturais” e que morassem em um dos 20 territórios com Programa de UPP que a iniciativa abrangia. Sua meta, naquele momento, era formar 700 jovens por meio de “ações de competências para a vida por meio de estratégias de mobilização para uma participação cidadã, tais como: formação livre em gestão cultural, vivências e encontros culturais e intervenções comunitárias”.

Tratava-se de um curso de formação para jovens, organizado em quatro módulos que priorizavam temas, como território, cidadania, políticas culturais, gestão cultural e elaboração de projetos. O curso tinha como produtora ou coordenadora geral uma organização não governamental de fora dos territórios – e escolhida através de edital. Em cada lugar, ele acontecia em um espaço distinto, podendo ser equipamento de alguma secretaria de estado ou sede de alguma organização local. Seus encontros aconteciam duas vezes por semana. Ao final, os participantes concorreriam ao financiamento para as atividades idealizadas por eles e redigidas sob forma de projeto social – que aprenderiam a elaborar ao longo do curso – tendo como referência um edital formulado especificamente para eles. Não havia bolsa ou ajuda de custo para os(as) envolvidos(as).

Em setembro de 2014, uma chamada no *site* da organização não governamental produtora acionava, não por acaso, diversas ideias importantes para quem pretende compreender a concepção da iniciativa. A primeira delas é a de desenvolvimento econômico. Os projetos sociais, em geral, têm em sua justificativa algum tipo de desenvolvimento. O desenvolvimento aparece como objetivo geral

ou maior desses projetos e parte do pressuposto de que os lugares nos quais os projetos devem acontecer não são desenvolvidos, ou que, ao menos, não desenvolvidos o suficiente – muitas vezes, índices oficiais ou pesquisas variadas são usados para reforçar esse argumento.

A essa noção de desenvolvimento, associam-se outras duas ideias: a de “ampliação de possibilidades de cultura local” e a de “oportunidade de crescimento pessoal, sociocultural e profissional para os jovens”. O local é concebido a partir de uma certa ideia de delimitação física prévia: o “território”. Definir o local como lugar delimitado territorialmente – nesse caso aqueles com UPP – reforça a ideia de fronteiras ou limites – físicos e simbólicos. É preciso, portanto, reconhecer a cultura local – a partir da “ótica” de cada lugar – e gerar oportunidades de crescimento dos jovens – em variados níveis: “pessoal, sociocultural e profissional”. Outra ideia central aparece aí: a de empreendedorismo. De acordo com De Tommasi e Velazco (2013), o empreendedorismo vem sendo um valor e uma prática central para se tratar cultura dentro das favelas cariocas, sobretudo a partir da implantação da política de pacificação⁴ que, de acordo com Rocha (2015), se vincula fortemente à preparação da cidade do Rio de Janeiro para os megaeventos – Copa do Mundo e Olimpíadas –, reforçando a ideia de cidade-negócio. Nessa mesma direção, o jovem é percebido a partir da chave da formação que cria competências para a vida, meio pelo qual se estabelece um valor positivo para as estratégias de mobilização e para participação de um certo tipo, a participação cidadã.

O projeto inseria-se em um programa mais amplo, existente desde julho de 2014 na Secretaria de Estado a que estava vinculado, intitulado Favela Criativa, criado para “fortalecer, fomentar e dar visibilidade à produção cultural das favelas do estado” e formado por

-
- 4 De acordo com Oliveira (2014, p. 138), “O uso da categoria ‘pacificação’ na contemporaneidade para referir-se à intervenção dos poderes públicos nas favelas, antes áreas que virtualmente escapavam ao seu domínio, recupera a retórica da missão civilizatória da elite dirigente e dos agentes de Estado”.

um conjunto de projetos que pretendia oferecer aos jovens, chamados de “agentes culturais”, formação artística e especialização em gestão cultural. O programa dividia suas ações em três eixos temáticos: Economia Criativa, Formação Artística e Fomento.

De acordo com um dos gestores responsáveis pela elaboração do programa e do projeto,⁵ ele teria sido criado a partir da necessidade de ensinar jovens que já “fazem cultura” em seus territórios a ter acesso aos editais pelos quais seria possível concorrer a recursos financeiros para realizar suas iniciativas. Em suas palavras:

Então o projeto do nosso curso de formação é isso. Como é que a gente então minimamente faz um projeto de formação aonde esses jovens além de se instrumentalizar pra receber esses projetos, eles possam dentro do próprio projeto vivenciar intervenções culturais menores que sejam, mas que ele saiba prestar conta. (Gestor, 2015)

Para tanto, era necessário dominar certos códigos, ou seja, dar instrumentos para que os(as) jovens fossem capazes de acessar os editais. Por outro lado, esse mesmo gestor público reconhecia a necessidade de “desburocratizar” os editais ou, em outras palavras, criar meios para que pessoas que não dominassem os códigos da burocracia estatal tivessem possibilidade de acesso a recursos públicos. Nesse sentido, desde o início do projeto, estava previsto haver, ao final, um edital exclusivo voltado para os participantes, dispensando o CNPJ.⁶ É importante chamar a atenção para o fato de que esse gestor da iniciativa – e também um dos idealizadores do programa Favela Criativa e do projeto aqui analisado – considerava-se militante. Na Secretaria de Cultura, ele acompanhava ações e atividades

.....
5 Informações coletadas através de entrevista realizada em abril de 2015 na sede da Superintendência de Juventude do Estado do Rio de Janeiro. Optei aqui por manter o anonimato do gestor entrevistado.

6 Refiro-me ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A dispensa do número do CNPJ indica, em geral, que não seria preciso pertencer a uma organização formalizada – que possui tal registro – para concorrer ao prêmio no final do projeto.

ligadas à favela, tendo sido contratado por sua expertise devido aos anos de trabalho em uma organização não governamental.

Ele havia trabalhado muitos anos em uma grande ONG que realizava projetos com jovens em diversas favelas no Rio de Janeiro e em outros estados. Foi por meio dela que se deu seu contato com jovens e com as favelas enquanto ainda era cursava graduação em Cinema em uma universidade particular.

Fui dar aula de cinema na CUFA (Central Única de Favelas). Então fui professor de áudio visual na CUFA, depois virei coordenador de áudio visual na CUFA, depois virei coordenador do Instituto de Transformação na CUFA e me tornei um articulador e uma figura que por conta da CUFA e por conta do Celso (Athayde) eu comecei a transitar por muitas favelas, sejam elas de quais facções for. E como eu sempre conversei muito fiado e a minha fisionomia ajuda, eu entrava e saía de qualquer favela e negociava o que tivesse que negociar, então eu virei um articulador. (Gestor, 2015)

Foi a sua experiência de trabalho com jovens em favela a partir de uma ONG que o habilitou para seu trabalho como gestor de cultura. E, em sua fala, a ligação com essa organização e com outros trabalhos – sob a forma de projetos sociais – na área do Audiovisual em favelas é entendida como militância. Ele contou sobre o trabalho de formulação do Favela Criativa já quando esteve na Secretaria de Cultura como longo e árduo, em que foi necessário negociar com variados setores – dentro e fora do governo –, realizando inúmeras reuniões.

A questão da distância entre jovens que “produzem cultura” nas favelas e os editais de cultura é traduzida por ele pela imagem de um “gargalo” e essa é uma das justificativas centrais para a existência do projeto.

O gargalo no campo da formação. Esses jovens têm muitas dificuldades em acessar aos nossos editais. Outra questão é: nós

precisamos desburocratizar os nossos editais. Como é que a gente desburocratiza os nossos editais, como é que a gente instrumentaliza esses jovens pra acessar a esses editais? (Gestor, 2015)

Em sua perspectiva, o projeto do curso de formação seria em que os jovens iriam “se instrumentalizar” realizando e vivenciando intervenções culturais de proporções menores a partir das quais eles aprenderiam a “prestar contas”, ou seja, a justificar suas ações e gastos para seu financiador – no caso em questão a Secretaria de Cultura. Seria uma oportunidade para que eles fossem capazes de lidar com a burocracia. Há uma ideia, portanto, de que lidar com a burocracia do Governo passa pela prática – prestar contas de intervenções culturais, por exemplo –, mas também pela transmissão de um conhecimento específico.

Desse modo, o projeto foi estruturado como um curso e seu conteúdo aponta para um mundo em que certas condições possibilitam o acesso ao recurso financeiro. É preciso ter documentos, preencher cadastros para se inscrever, assim como saber onde procurar oportunidades de financiamento e entender o que é dito nos editais. E é necessário, ainda, dominar uma certa maneira de apresentar as ideias de ações culturais. Essa maneira seria ensinada ao longo do curso.

Era esse universo que seria apresentado ao(à) jovem participante. E é desse universo que os projetos sociais são parte, já que podem ser vistos como um modo de codificação de certas ideias que enseja relações de comunicação e expressa um conjunto de percepções e práticas que inclui a conversão de práticas cotidianas em ideias, palavras e documentos. A formalização seria, assim, um modo de reconhecimento de determinados modos de fazer – nesse caso, intervenções culturais realizadas por jovens de favela – por um conjunto de atores – já formalizados, que constituem e instituem esse mundo formal – do qual fazem parte o governo estadual, organizações não governamentais e algumas instituições locais, por exemplo.

Há outro aspecto fundamental do projeto e que se vincula à dinâmica que busca inserir os jovens no mundo do acesso “formal” a recursos públicos. O programa ao qual o projeto encontrava-se subordinado, na lógica da Administração Pública, estava, por sua vez, ligado a outra importante política do Governo do Estado: a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

Novamente de acordo com o gestor, a ideia inicial de parte das pessoas envolvidas na elaboração do programa era que ele se chamasse UPP Cultural. O programa tem favela no nome e, durante a entrevista, ainda que sem entrar em detalhes, ele falou de disputas internas para que o programa tivesse o nome que tem, dando uma conotação positiva ao termo favela. Nas palavras do gestor: “– *Ter favela... um programa de governo com o nome Favela, você não tem ideia do que foi*”.

E, desde o início, todo o programa tinha como público-alvo prioritário os jovens dos territórios pacificados e, tanto ele, quanto o projeto tinham o objetivo de fortalecer a “cultura local”, mas também de auxiliar para que os (as) jovens incorporassem a “nova realidade” que chegava às favelas em que viviam com a chegada da pacificação. Nesse caso, recursos de tipos variados, inclusive financeiros que exigiriam o já referido aprendizado de um conjunto de práticas ligado à formalização e à burocracia.

O alcance territorial da iniciativa se produziu a partir da relação com o processo de pacificação – 20 favelas com UPP. O critério de definição dos territórios poderia ter sido outro, no entanto, a iniciativa também tinha como propósito “ajudar” no processo de pacificação a partir da lógica “menos bala, mais cultura, mais arte, mais produção cultural” e de, como foi visto anteriormente, “instrumentalizar a molecada”.

Onde está o problema da UPP? Na juventude. Porque é esse cara que vai ser revistado, é esse cara que a polícia entende como foi, é ou será bandido. Tem uma questão da autoridade normal, a juventude sempre se debate com autoridade, seja com o pai, com o

policial, enfim, a juventude ela tem o enfrentamento quando quer. Então tem uma questão... E quem está tomando tiro e quem está dando tiro é jovem. Seja o policial que está morrendo ou matando, seja os meninos lá. Enfim, então tem um recorte muito preciso em relação a isso. [...] Vamos recortar esse programa pra juventude e vamos nesse foco. É aqui que está o maior nó da questão. (Gestor, 2015)

A Formação de Agentes de Cultura estava, portanto, totalmente ligado a uma lógica mais ampla de atuação do Governo do Estado nas favelas pacificadas. Com a chegada da UPP, ampliaram-se as iniciativas que buscavam formalizar comércios, iniciativas culturais e outras práticas cotidianas locais. E também se ampliou a oferta de projetos sociais para jovens. A questão da juventude – e a relação conflituosa entre jovens moradores e policiais que passam a ser presença permanente nas áreas onde UPPs foram implantadas – aparece nesse processo como problema a ser solucionado (também) pelo investimento em cultura.

A cultura é tradicionalmente vista como uma das questões prioritárias ao se debater políticas públicas de juventude, no entanto, seus sentidos são variados. Por um lado, há movimentos de juventude ligados à cultura que demandam iniciativas governamentais direcionadas, especificamente, para jovens – projetos sociais, equipamentos públicos, editais e projetos – e por outro, há uma variedade de atores nessa dinâmica – ONGs, movimentos, instituições de fomento, gestores públicos – que veem a cultura como um “ativo” para os jovens.

No discurso desses últimos, a cultura aparece frequentemente associada a uma “saída” para a violência – assim como, muitas vezes, o trabalho. Trata-se de discurso muito próximo àquele de que os (as) jovens (pobres) devem ter seu tempo livre ocupado. Os projetos sociais, nessa ótica, ocupam lugar central. E a cultura também, pois ela seria aquilo que atrairia os jovens incorporando seus repertórios e práticas de sociabilidade – dança, música, teatro, audiovisual etc. A eleição de Lula foi um marco nesse sentido, já que a

Cultura passou a ser encarada mais frequentemente por parte do poder público como direito. A incorporação dessa perspectiva de modo mais contundente, traduzida, por exemplo, pela criação dos Pontos de Cultura pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2004, faz parte da luta histórica de diversos movimentos sociais e a possibilidade de uma influência deles nos primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores na Presidência. Movimento semelhante ocorreu com as políticas públicas voltadas para a juventude jovens, como visto inicialmente. E ambas políticas públicas, bem como movimentos – culturais e de juventude – possuem inúmeras interseções, influenciando-se mutuamente.

Voltando ao relato do gestor, suas palavras são reveladoras sobre as percepções acerca dos (as) jovens que vivem nessas áreas e uma possível maneira de lidar com a questão do ponto de vista da Administração Pública a partir de um lugar muito específico de fala: o do gestor-militante ou engajado. Ele identifica – e cita pesquisas para isso –, o problema da UPP na juventude. Além da visão que os policiais têm dos jovens – homens e, sobretudo, negros – de favela, ele se refere também aos problemas que os jovens teriam com o que chama de “figuras de autoridade”. Ele agrega a isso a questão da entrada para o tráfico, para muitos jovens, como uma questão de “holofotes”, ou seja, de visibilidade e reconhecimento. O recorte do programa para a juventude é assim justificado porque esse seria o “nó da questão”. Questão que para ele liga-se também à sua experiência de “militância, seu campo de contatos, seus afetos, suas redes que você estabelece que é a relação dos jovens”.

Houve, portanto, uma decisão política de que a iniciativa deveria acontecer. De acordo com o mesmo gestor, após muitas conversas internas – e disputas também, como aquela ligada ao nome do Favela Criativa – chegou-se a um acordo geral sobre o programa, porém, ainda era preciso conseguir os recursos financeiros para torná-lo viável. Em suas palavras, “primeiro você tem o programa, outra coisa é você ter o dinheiro do programa”, esses recursos financeiros

foram sendo mobilizados a partir de fontes diversas: o orçamento da Secretaria de Cultura, recursos via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para outro programa – o Caminho Melhor Jovem – e aqueles da Light, pela Lei de Incentivo à Cultura.

Os recursos que tornaram possível o projeto Formação de Jovens Agentes de Cultura foram resultado de, nos termos do seu gestor, “malabarismos”. As imagens evocadas por ele, ao narrar seu trabalho, transmitem uma ideia de dinâmicas em curso necessárias para criar um programa ou projeto no governo. Não é qualquer pessoa que é capaz de fazer malabarismos, que exigem treino, esforço e uma expertise específica, ou aquilo que ele chama de “costura” em que, para produzir possibilidades de acesso a recursos variados, é preciso criar “interfaces”, ou seja, pontos de contato entre diferentes políticas e programas.

A Cultura é ofertada, por exemplo, e de acordo com ele, a outras iniciativas de juventude como “porta de entrada pros seus jovens”. As formações e ações culturais seriam um atrativo para convidar jovens para outras iniciativas. Foi assim que se estabeleceu, por exemplo, o vínculo entre esse projeto e o Caminho Melhor Jovem, que contava com financiamento do BID. Essa interface tornava-se evidente nos materiais do projeto, nos *folders*, cartazes, camisas, bolsas, cartilhas etc. Todos traziam estampadas as logomarcas que tornam visíveis os pontos que vão tecendo o projeto por meio da aptidão desses gestores de criar justificativas e conexões capazes de produzir essa realidade discursiva e prática.

Os recursos mais substanciais para o projeto foram conseguidos pela Lei de Incentivo à Cultura⁷ junto à Light e também por outra iniciativa do Governo do Estado. Esta, por sua vez, foi concebida a partir de uma intensa negociação com o BID, que concedeu um

.....
7 De acordo com o *site* da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro: “A Lei Estadual de Incentivo à Cultura é um mecanismo de fomento que dispõe sobre concessão de benefício fiscal para realização de projetos culturais. Criada em 1992, permite que empresas, contribuintes de ICMS no Rio de Janeiro, patrocinem a produção cultural utilizando o incentivo fiscal concedido pelo Estado”.

empréstimo de 170 milhões de reais para realização de “políticas públicas para jovens de 15 a 29 anos nas comunidades com Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs)”. O montante aponta novamente para a concentração de iniciativas e recursos de diversas naturezas nas favelas pacificadas e voltadas especificamente para jovens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longo caminho percorrido entre o início dos projetos voltados para juventude no Brasil, passando pela criação e consolidação de um regime de políticas específicas voltadas para jovens – as PPJ – até a conformação de projetos sociais em favelas após anos de tais experiências faz pensar sobre as possibilidades de transformação de um imaginário social que continua a associar juventude pobre à ideia de risco e o investimento em cultura não como prática de um direito a ser garantido a todas e todos, mas como um contraponto à violência ou como modalidade de empreendedorismo.

Ainda que reforçada em muitos documentos e discursos, em minha pesquisa notei que há uma grande disputa em torno dessa concepção, bem como sobre as percepções sobre juventude. Assim como o gestor entrevistado, evoca sua perspectiva militante para explicar a concepção do projeto, muitas pessoas que conheci constroem seu engajamento militante (também) por dentro dos projetos sociais. São jovens que fazem parte do “público-alvo” de tais iniciativas, mas também pessoas que ocupam o lugar de mobilizadores(as) locais, instrutores(as) ou coordenadores(as) que levam para esses espaços outras categorias, formas de pensar, resignificando o que é encontrado nos documentos a partir de suas experiências e percepções.

Em um momento em que persiste o processo de militarização do cotidiano das classes populares e em que a ideia de “pacificação” continua a ser mobilizada como modo de governo dos pobres, é urgente entender as ações que são produzidas – e chegam – nas favelas e outros espaços populares não como um fim em si mesmas,

mas como efeitos de negociações e redes que ultrapassam a localidade, sendo também formas a partir das quais diferentes atores locais e externos produzem outros efeitos não inicialmente previstos.

Aqui me propus a pensar alguns aspectos da concepção de um projeto para jovens centrado na ideia de cultura a partir de um de seus agentes, tendo em vista o hitórico recente de construção de políticas públicas de juventude em que o tensionamento entre diferentes concepções de juventude – e de diversas ideias a ela associadas, como a de cultura – estão (e estiveram) todo o tempo em disputa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. de. (org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.
- CASTRO, J. P. M. e. A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 657-701, 2012.
- DE TOMMASI, L. Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar sobre as organizações não governamentais brasileiras. *Revista de Estudios sobre Juventud*, México, v. 9, n. 22, p. 246-267, 2005.
- DE TOMMASI, L.; VELAZCO, D. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 56, p. 15-42, jun. 2013.
- NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, J. P. Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios. *Mana*, Rio de Janeiro: n. 20, v. 1, p. 125-161, 2014.

ROCHA, L. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. *In: BIRMAN, P. et al. (org.). Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 319-341.

SOUZA, P. L. A. de. *Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.